MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA E JULGADORA DO CHAMAMENTO PÚBLICO NÚMERO 05/2014 PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MODALIDADE

CASA-LAR, CRIADA PELA PORTARIA Nº 69 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às dez horas, na sala de reuniões da Subsecretaria de Assistência Social, sala 422, situada à SEP 509, Edifício Nazir, 4º andar – Brasília/DF, foi realizada a primeira Reunião da Comissão Técnica e Julgadora do Chamamento Público número 05/2014 para o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na modalidade Casa-lar, criada pela Portaria nº 69, de 03 de novembro de 2014, com a presença dos (as) seguintes membros (as): Coordenador, Hernany Gomes de Castro; Renata Alves e Silva Pereira; Janaina Araújo Veras Teles; Solange Alves Castro; Hyrlla Karinne dos Reis de Azevedo Corrieri e Zilmar Pereira de Sousa. Isabela Teresa Basilio Neri justificou sua ausência. A comissão se reuniu para realizar a abertura e conferência dos envelopes com os documentos, que foram entregues pelas Entidades interessadas em participar do certame. Foram entregues 08 envelopes por 04 Entidades. Após a abertura dos envelopes, seguindo os critérios previstos no Edital, não houve entidade habilitada. A Entidade Casa Transitória de Brasília (que concorreu para o lote 05) foi inabilitada, por não apresentar o “Decreto que concede título Distrital de Entidade de Utilidade Pública” e não comprovar inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Casa-lar, no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. A Entidade Aldeias Infantis SOS Brasil foi inabilitada, por indicar no Plano de Trabalho meta em desacordo com os lotes previstos no edital, apresentar meta incompatível com a previsão financeira do Plano de Aplicação para Crianças e Adolescentes com Deficiência, observados os valores de referência previstos na Portaria SEDEST nº 31/2013 e não informar o endereço completo do local de realização do Serviço. A Entidade Casa da Criança Batuíra (que concorreu para o lote 05) foi inabilitada, por não comprovar inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, na modalidade Casa-lar, no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. A Entidade Associação Lar Infantil Chico Xavier foi inabilitada, por não indicar o lote para o qual concorreu, por apresentar previsão financeira do Plano de Trabalho/Aplicação incompatível com os valores de referência previstos na Portaria SEDEST nº 31/2013 e por apresentar período de vigência do Plano de Trabalho superior ao estabelecido no Edital. Registre-se que não houve apresentação de propostas para os seguintes lotes: 01, 02, 03 e 04. Após o encerramento do procedimento de habilitação será publicado o motivo de inabilitação e será aberto o prazo recursal. Nada mais havendo a ser tratado, o Coordenador Hernany Gomes de Castro declarou encerrada a Reunião às 15h, na qual eu, Zilmar Pereira de Sousa, na qualidade de membro da Comissão, com o auxílio de outro membro da Comissão, Renata Alves e Silva Pereira, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão. Hernany Gomes de Castro – Coordenador; Renata Alves e Silva Pereira - Membro da Comissão; Janaina Araújo Veras Teles - Membro da Comissão; Solange Alves Castro - Membro da Comissão; Hyrlla Karinne dos Reis de Azevedo Corrieri - Membro da Comissão; Zilmar Pereira de Sousa - Membro da Comissão

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA E JULGADORA DO CHAMAMENTO PÚBLICO NÚMERO 06/2014 PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS NA MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL, CRIADA PELA PORTARIA Nº 69 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às dez horas, na sala de reuniões da Subsecretaria de Assistência Social, sala 422, situada à SEP 509, Edifício Nazir, 4º andar – Brasília/DF, foi realizada a primeira Reunião da Comissão Técnica e Julgadora do Chamamento Público número 06/2014 para o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos na modalidade Abrigo Institucional, criada pela Portaria nº 69, de 03 de novembro de 2014, com a presença dos (as) seguintes membros (as): Coordenador, Hernany Gomes de Castro; Renata Alves e Silva Pereira; Janaina Araújo Veras Teles; Solange Alves Castro; Hyrlla Karinne dos Reis de Azevedo Corrieri e Zilmar Pereira de Sousa. Isabela Teresa Basilio Neri justificou sua ausência. A comissão se reuniu para realizar a abertura e conferência dos envelopes com os documentos, que foram entregues pelas Entidades interessadas em participar do certame. Não foram entregues propostas para o lote 01. Nesse sentido, esta comissão sugere, s.m.j, a publicação de novo edital. Nada mais havendo a ser tratado, o Coordenador Hernany Gomes de Castro declarou encerrada a Reunião às 15h, na qual eu, Zilmar Pereira de Sousa, na qualidade de membro da Comissão, com o auxílio de outro membro da Comissão, Renata Alves e Silva Pereira, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão. Hernany Gomes de Castro – Coordenador; Renata Alves e Silva Pereira - Membro da Comissão; Janaina Araújo Veras Teles - Membro da Comissão; Solange Alves Castro - Membro da Comissão; Hyrlla Karinne dos Reis de Azevedo Corrieri - Membro da Comissão; Zilmar Pereira de Sousa - Membro da Comissão.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 29, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

OS TITULARES DOS ORGÃOS CEDENTE E FAVORECIDO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS, considerando o disposto na Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012 e ainda o Decreto nº 17.698, de 23 de setembro de 1996, combinado com o inciso 1.º, artigo 19 do Decreto nº 32.598, de 2010, RESOLVEM:

Art. 1º Descentralizar dotação orçamentária no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com vistas a custear despesas com a aquisição de passagens aéreas para atender alunos que

irão representar o Distrito Federal, na 2.ª Etapa dos Jogos Escolares – 2014, na cidade de João Pessoa/PB, objeto do processo nº 080.005.819/2014, tendo como órgão cedente a Secretaria de Estado de Educação (UO:18101, UG/Gestão: 160101/00001) e como favorecido a Secretaria de Estado de Esporte (UO: 34101, UG/Gestão: 340101/00001) no Programa de Trabalho: 27.812.6206.4091.0013 – Apoio a Projetos Esportivos – Distrito Federal, Fonte: 125, Natureza da Despesa: 33.90.39.

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra vigor na data de sua publicação.

JACY BRAGA RODRIGUES
Secretário Adjunto de Educação
Titular UO Cedente

CÉLIO RENE TRINDADE VIEIRA
Secretário de Esporte
Titular UO Favorecida

PORTARIA Nº 240, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 12, § 3º da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, e na Portaria nº 259, de 15 de outubro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Fixar, para o ano de 2015, o limite de 302 (trezentas e duas) vagas de tempo integral para o Afastamento Remunerado para Estudos de servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Parágrafo único – Do quantitativo de vagas de que trata o Art. 1º, 20(vinte) destinar-se-ão ao Afastamento Remunerado para Estudos no interesse da Administração.

Art. 2º Dispor que, no processo seletivo de que trata a Portaria nº 256, de 115 de outubro de 2013, 141 (cento e quarenta e uma) vagas sejam destinadas para o primeiro semestre e 141 (cento e quarenta e uma) para o segundo, assim distribuídas: 92 (noventa e dois) para mestrado e 49 (quarenta e nove) para doutorado, em cada semestre.

Art. 3º Determinar que as vagas de doutorado sejam destinadas aos servidores que estejam frequentando o curso de Doutorado em Educação, ou área fim, desde que a linha de pesquisa seja voltada para atividades didático-pedagógicas da Carreira Magistério.

Art. 4º Determinar que as vagas de mestrado se destinem exclusivamente a cursos reconhecidos, realizados no Brasil por instituições credenciadas pelo órgão competente.

Art. 5º Definir que as vagas de afastamento de que trata a Portaria nº 259, de 15 de outubro de 2013, sejam destinadas exclusivamente a cursos que se desenvolvam na modalidade de ensino presencial, com carga horária distribuída semanalmente.

Art. 6º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AGUIAR

PORTARIA Nº 241, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no parágrafo 3º do Artigo 10 da Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, e na Portaria nº 111, de 22 de maio de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fixar, para o ano de 2015, o limite de 113 (cento e treze) vagas para o Afastamento Remunerado para Estudos de servidores da Carreira Assistência à Educação.

Parágrafo único – Do quantitativo de vagas de que trata o Art. 1º, 10(dez) destinar-se-ão ao Afastamento Remunerado para Estudos no interesse da Administração.

Art. 2º Dispor que, no processo seletivo de que trata a Portaria nº 111, de 22 de maio de 2014, 52(cinquenta e duas) vagas sejam destinadas para o primeiro semestre, assim distribuídas: 30 para pós-graduação (lato sensu), 17 para mestrado e 5 para doutorado; e 51 (cinquenta e uma) vagas para o segundo semestre, assim distribuídas: 30 para pós-graduação (lato sensu), 16 para mestrado e 5 para doutorado.

Art. 3º Estabelecer que as vagas de doutorado e/ou mestrado sejam destinadas prioritariamente aos servidores que estejam frequentando curso de Doutorado ou Mestrado em Educação ou compatível com a área de atuação.

Art. 4º Determinar que as vagas de mestrado se destinem exclusivamente a cursos reconhecidos, realizados no Brasil por instituições credenciadas pelo órgão competente.

Art. 5º Definir que as vagas de afastamento de que trata a Portaria nº 111, de 22 de maio de 2014, sejam destinadas exclusivamente a cursos que se desenvolvam na modalidade de ensino presencial, com carga horária distribuída semanalmente.

Art. 6º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AGUIAR

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO

DECISÃO Nº 18, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF, em sua décima reunião ordinária, realizada em 30 de outubro de 2014, nos termos apresentados pela Assessoria Especial da SEF, referente ao item 1 da pauta, e, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Decreto nº 34.867, de 21 de novembro de 2013, que altera e consolida o Regimento Interno do FUNDAF e dá outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a realização de despesa à conta do FUNDAF, no valor estimado de R\$